

*The Prehistory of the Mind: A search for the origins of art, religion and science.* MITHEN, Steven Thames & Hudson, London. 1996. 288 páginas, 70 figuras, índice. ISBN- 0-500 05081-3 US\$ 27,50.

*The Archaeology of Ethnicity: Constructing identities in the past and present.* JONES, Siân. Routledge, London. 1997, 180 páginas, 8 figuras, índice. ISBN 0-415-14158-3. US\$ 15,16.

*Resenhado por Eduardo Goês Neves, pesquisador do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.*

“*The Prehistory of the Mind*” e “*The Archaeology of Ethnicity*” são cronologicamente frutos de uma arqueologia inglesa “pós-pós-processualista”, já que ambos os autores obtiveram suas formações acadêmicas no final da década de 80 e início dos anos 90, momento em que as idéias de Ian Hodder, Michael Shanks e Christopher Tilley alcançaram grande influência na arqueologia britânica e mundial. Que tanto Mithen como Jones não passaram ilesos pelo pós-processualismo pode ser aferido pelos próprios problemas que ambos os autores resolveram investigar em suas obras, respectivamente, a contribuição da arqueologia para o entendimento da formação da mente do *Homo sapiens sapiens*, e as premissas e usos subjacentes ao estabelecimento de categorias étnicas em arqueologia.

As maneiras pelas quais tais problemas são trabalhados pelos autores são, no entanto,

bastante diferentes: enquanto é clara em “*The Prehistory of the Mind*” a perspectiva darwinista – e, portanto, mais “processualista” – que inspira e guia o livro, “*The Archaeology of Ethnicity*” se atém mais claramente à crítica pós-processualista original, o que pode ser percebido, por exemplo, pelo uso feito pela autora das idéias de Pierre Bourdieu para a proposição de um conceito de etnicidade que seja operacional para a arqueologia.

Como é praxe em arqueologia, “*The Prehistory of the Mind*” e “*The Archaeology of Ethnicity*” são ambos informados por desenvolvimentos em outras disciplinas. Assim, Mithen vai buscar na chamada psicologia evolutiva e, também, na etologia princípios sobre a arquitetura da mente de primatas como o chimpanzé e o homem moderno. Jones, por sua vez, orienta sua discussão com base nos estudos de etnicidade e teoria da prática em antropologia cultural. Ambas as obras fazem, no entanto, usos diferentes dessas fontes. “*The Archaeology of Ethnicity*” é mais, por assim dizer, demolidor. Ao final do livro pergunta-se o leitor sobre a própria possibilidade de se identificar traços de etnicidade no registro arqueológico, tal a “desconstrução” do conceito feita pela autora. Por outro lado, os exemplos práticos de aplicação do conceito de etnicidade para a arqueologia propostos no livro são vagos o suficiente para que se questione sua aplicação em diferentes contextos arqueológicos para os quais não haja, por exemplo, o suporte de informações históricas. Assim, Jones incorre naquele problema já comum na literatura pós-processualista, que é o de acer-

tar no diagnóstico mas errar na receita, o que, no final, mata o doente do mesmo modo, só que dessa vez por desesperança ao invés de por ignorância. Essas ressalvas não diminuem, porém, a importância da obra, principalmente no panorama da arqueologia brasileira, onde prevalece ainda em alguns casos a utilização de conceitos normativos de cultura, desenvolvidos no âmbito do culturalismo histórico da década de 50, já morto, velado e enterrado em outras partes do planeta.

Arqueologia brasileira à parte, Jones discute um problema básico de qualquer arqueologia que se proponha analítica, que é o de atribuição de significados ao registro arqueológico. Esse problema resulta, em parte, da própria situação periférica da arqueologia dentro da antropologia, encostada como está, por natureza e necessidade, nas ciências biológicas e da terra. Assim, a utilização de conceitos de antropologia cultural em arqueologia soa sempre mais ou menos artificial. O exemplo clássico é o do próprio conceito de cultura, fonte constante de inquietações em ambos os lados da cerca que divide estas disciplinas irmãs. No capítulo 2 de *"The Archaeology of Ethnicity"*, Jones apresenta um histórico do uso desse conceito em arqueologia desde as suas aplicações nazistas de Kossina e Menghin, passando pela reformulação extremamente influente de Childe e chegando à demolição de seus pressupostos normativos feita por Binford, Renfrew e outros "novos arqueólogos". Uma contribuição importante feita por Jones aos seus leitores arqueólogos é mostrar que tal discussão ocorreu também na antropologia cultural e que, portanto, as utilizações ingênuas do conceito fossem talvez mais gerais do que se supunha.

Jones demonstra com clareza, apoiada na literatura etnoarqueológica produzida nos últimos vinte anos, os problemas relativos à premissa de que semelhanças estilísticas, formais ou tecnológicas em cultura material sejam

correlacionadas à proximidade étnica ou linguística, já que a própria cultura material é carregada de diferentes sentidos que variam no tempo e no espaço, uma fluidez que vale também para as formações sociais e os critérios de etnicidade, principalmente para as sociedades "pré-capitalistas".

A resolução desse problema é uma das questões conceituais básicas da arqueologia. A solução proposta por Jones, que incorpora o conceito de *habitus*, tal como definido por Pierre Bourdieu, parece-me de difícil aplicação, talvez porque o problema seja mesmo insolúvel. De qualquer modo, a leitura de *"The Archaeology of Ethnicity"* é um tratamento de choque recomendável aos que procuram utilizar a arqueologia como fonte para a história indígena no Brasil.

Mithen, por sua vez, oferece um panorama mais reconfortante. *"The Prehistory of the Mind"* é um bom exemplo do papel único da arqueologia como área de produção de conhecimento nas humanidades, principalmente no que se refere ao estudo de processos históricos de longa duração. Nesse caso, o processo é particularmente longo, incluindo um intervalo de seis milhões de anos desde o "elo perdido", quando viveu o ancestral dos primeiros australopithecíneos, até os inícios da agricultura no final do Pleistoceno. *"The Prehistory of the Mind"* exerce aquele apelo sedutor das obras que propõe esquemas explanatórios gerais. Como indicado pelo subtítulo, o autor nos apresenta uma chave que abre as portas para que se entenda desenvolvimento das noções de arte, religião e ciência na nossa espécie. Essa mesma chave, no entanto, é também usada para explicar, entre outras coisas, o aumento da capacidade craniana em nossos ancestrais, a emergência da agricultura e o desaparecimento dos neandertais. Nessa última questão, Mithen faz uma forte argumentação de apoio aos que seguem a hipótese da substituição dos neandertais por *Homo sapiens*

*sapiens* originários da África durante a transição do Paleolítico Médio ao Paleolítico Superior. “*The Prehistory of the Mind*” tem a vantagem de se apoiar em evidências arqueológicas empíricas para basear seu argumento. Desse modo, a força dessa argumentação poderá ser testada à medida que se continuam as pesquisas no Paleolítico do velho mundo.

Dadas sua ambição e sua envergadura é difícil de saber como “*The Prehistory of the Mind*” envelhecerá. O destino de livros assim costuma apresentar dois caminhos distintos: o esquecimento completo ou a consagração como obra que indicou novas maneiras de pensar. Ainda impressionado pela leitura, tendo a achar a segunda opção mais acertada, o que-deverá ser confirmado ou não por leituras futuras.

“*The Prehistory of the Mind*” e “*The Archaeology of Ethnicity*” são obras instigantes que farão pensar principiantes e veteranos, seja por oferecer uma maneira diferente de se pensar a pré-história da humanidade, seja por colocar em dúvida a maneira como pensamos a arqueologia do nosso próprio quintal.

***Processual and Postprocessual Archaeologies. Multiple Ways of Knowing the Past.*** PREUCEL, Robert W. (editor). Center for Archaeological Investigations, Occasional Papers Nº 10, Southern Illinois University at Carbondale, Carbondale. 1991. 324 páginas. ISBN: 0-88104-074-6. US\$25.

*Resenhado por Cristiana Barreto, doutoranda da Universidade de Pittsburgh, Estados Unidos.*

A coletânea “Processual and Postprocessual Archaeologies” representa o espírito e a alma da arqueologia anglo-americana dos anos 90. Enquanto a década de 80 foi marcada pela retórica agressiva e crítica radical à arqueologia processual, pela pluralidade de novas (e não

tão novas) orientações essencialmente teóricas e por uma dicotomização por vezes excessiva entre as linhas processuais e pós-processuais, os anos 90 trouxeram esforços de ambos os campos, tanto para avaliações menos polêmicas e mais produtivas, como para clarificar as implicações do debate para a prática arqueológica. São precisamente estes objetivos que inspiraram o seminário organizado por Preucel, em 1989, que resultou nesta coletânea. Se, para muitos arqueólogos americanos, a polêmica e a retórica dos anos 80 acabou encobrindo a verdadeira relevância das discussões para a prática arqueológica, levando-os assim a se desinteressarem ou simplesmente ignorarem o debate, para Preucel o aprofundamento e o esclarecimento de certas questões tornaram-se um desafio. Nesta coletânea, este desafio é vencido em nome de uma arqueologia pluralística, onde há espaço, senão para tudo e para todos, com certeza para muitos.

A coletânea aborda as questões básicas para o desenvolvimento de uma disciplina mais consistente, como a natureza do registro arqueológico, os procedimentos que os arqueólogos usam para conhecer o passado e a autoridade que os arqueólogos possuem como árbitros deste conhecimento. Sua principal contribuição está na maneira como foi organizada, não só incluindo autores de linhas teóricas extremamente contrastantes mas, também, contrapondo seus respectivos programas de pesquisa. Com isso, o leitor é levado a avaliar as diferentes abordagens teóricas não só por afinidades teóricas e/ou ideológicas mas, principalmente, pela criatividade e eficiência com que cada abordagem possibilita a investigação de temas específicos.

A primeira parte, “Arqueologia e Epistemologia”, é introduzida por Preucel ditando o caráter conciliatório e pluralístico do restante do livro. Representantes das diferentes arqueologias, com inspirações filosóficas trazidas das mais diversas áreas (como o positivismo

hempeliano, a hermenêutica, a autodenominada “*Radical Theory*”, o anarquismo e até mesmo a teoria quântica da física) abordam diferentes aspectos do conhecimento arqueológico, quase todos concordando que suas abordagens, por mais contraditórias que sejam, não chegam a serem mutuamente excludentes.

No caso de autores com linhas mais relativísticas, como I. Hodder, a defesa do pluralismo não é surpreendente. A surpresa maior vem do representante da mais dura linha do processualismo, James Hill, que elegantemente admite haver espaço para as duas correntes pois, se a arqueologia pós-processual não quer ser reconhecida como ciência, então ela representa algo distinto, que não compete epistemologicamente com a arqueologia processual. Dentro desta aparente harmonia, sobressai a posição mais radical de D. Saitta que, corroborando os trabalhos de Shanks e Tilley, propõe simplesmente que se abandone o debate, o qual, no seu entender, torna-se obsoleto diante da necessidade maior de projetos sociais explícitos que identifiquem as agendas ideológicas e políticas dos diferentes discursos arqueológicos.

Ainda nesta primeira parte, todos também concordam em enterrar de vez certas premissas e mal-entendidos frequentemente associados ao discurso da arqueologia processual dos anos 60 e 70 (isto é, da arqueologia binfordiana) como, por exemplo, a possibilidade de uma objetividade absoluta em arqueologia, ou do uso de teorias “independentes” (leia-se descompromissadas de seus contextos sociais). Há ainda concordância geral quanto ao fato de os termos “processual” e “pós-processual” encobrirem uma diversidade de posições hoje existentes em ambos os campos, bastante mais ambíguas e complexas do que a dicotomização em que implicam estes dois rótulos. Com isto, cria-se um patamar de entendimento a partir do qual se buscam novos caminhos para a produção de um conhecimento arqueológico menos ambíguo.

Uma vez aberto o leque de abordagens teóricas da arqueologia anglo-americana contemporânea, o restante do livro dedica-se então a estudos de caso que ilustram diferentes formas de tratamento de temas centrais para o avanço de uma arqueologia mais reflexiva e consciente de seu papel social. A segunda parte trata o tema “Indivíduo e Sociedade”, apresentando as seguintes abordagens: – a defesa de uma arqueologia behaviorista por T. Earle ilustrada em seus modelos econômicos para o vale de Montaro, no Peru; – uma proposta de abordagem do tema etnicidade em arqueologia por L. Cordell e V. Yannnie em casos do sudoeste americano sob uma perspectiva mais etnográfica; – uma discussão de agência, relações de poder e ação social em arqueologia por T. Kirk, na qual dados arqueológicos do mesolítico bretão são utilizados para demonstrar estratégias de estruturação do espaço; – um exemplo do uso da narrativa como explanação por J. Gero, a partir de dados de escavações de um sítio andino; – e, finalmente, C. Hastorf e S. Johanessen exploram as dimensões sociais, simbólicas e políticas de mudanças identificadas no uso de recursos naturais de sítios andinos, propondo uma abordagem alternativa ao tão criticado “ecologismo” processual.

A terceira parte dedica-se ao tema “História Cultural e Processo Cultural”, apresentando quatro abordagens distintas para a superação da polêmica “história versus processo” em arqueologia sem, no entanto, propor grandes inovações. M. Johnson ilustra a impropriedade das categorias “história cultural” e “processo cultural” em seu estudo de caso sobre “*enclosures*” e capitalismo na Inglaterra. C. Cobb, na tentativa de construir uma ponte entre história e processo, recupera a noção de “reprodução social” como unidade de análise para o estudo de trajetórias evolutivas e de mudanças de longo prazo, tal como as sequências arqueológicas que apresenta para o meio-oeste americano. W. Keegan busca validar a metodologia processual através da

aplicação de teorias de reconstrução (Shiffer) e outros métodos à análise de processos múltiplos na evolução de sistemas de chefia caribenhos. S. Shennan propõe um modelo darwiniano de transmissão cultural, deslocando o debate da distinção entre processo e história para o que, ele acredita, seja uma via mais promissora de análise, ilustrada pela aplicação da teoria dos jogos.

O tema “Ideologia e Poder”, apresentado na quarta parte, é o que recebeu melhor tratamento. É aberto com uma feroz crítica à hegemonia anglo-americana pelo arqueólogo norueguês B. Olsen, com lições de particular interesse para a arqueologia brasileira, na medida em que discute as implicações do colonialismo científico. Em um nível mais universal, P. Potter apresenta importante contribuição sobre auto-reflexão em arqueologia, tecendo pacientemente a justificativa teórica (traçando suas origens na Teoria Crítica) e fornecendo exemplos variados de como a arqueologia e a sociedade em geral se beneficiariam de uma arqueologia mais consciente. M. Leone faz uma crítica do conhecimento arqueológico a partir de uma posição marxista clássica, enfatizando a questão da formulação de perguntas para o uso social da arqueologia e ilustrando sua posição com a delicada questão da repatriação do material indígena norte-americano. Em uma linha teórica semelhante, mas abordando uma questão bem mais específica, está a contribuição de Patterson sobre a arqueologia pré-profissional americana do século 19 que, apesar de traçar o contexto social e político de uma geração de arqueólogos, não chega a apresentar a relevância deste contexto para a arqueologia americana contemporânea. Por fim, o artigo de J. Muller apresenta de forma bastante indigesta uma crítica ao “idealismo burguês” de certas linhas da arqueologia pós-processual, mais especificamente a influência de Bourdieu e as referências à Teoria de Relações Internacionais (de Ollman e Sayer) feitas pelo grupo de Cambridge, incluindo

Hodder, Shanks e Tilley. Este é, verdadeiramente, o único artigo da coletânea que ainda guarda a retórica pouco construtiva dos anos 80.

A última parte da coletânea corresponde aos comentários conclusivos de Patty Jo Watson sobre a conferência. A escolha de Watson de certa forma trai a intenção pluralística e consensual do editor, uma vez que a autora é conhecida por suas contribuições de apoio filosófico e teórico à arqueologia processual. Watson deixa claro de início não só a qual campo pertence, mas também o seu descrédito em dissonâncias e pluralismos radicais. Aprova o debate atual mas, ironicamente, cita Hempel ao reconhecer que há terreno para negociações.

Por fim, a grande lição tirada desta coletânea parece ser de que, efetivamente, existem múltiplas maneiras de se conhecer o passado, mas algumas parecem mais apropriadas à investigação de certos temas, enquanto outras se adaptam melhor a determinados tipos de dados sugerindo, assim, que apesar da possibilidade de um saudável pluralismo na arqueologia, o registro arqueológico em si não é tão flexível e impõe limites ao número e às formas de abordagens interpretativas possíveis.

*Les Chamanes de la Préhistoire. Transe et Magie dans les Grottes Ornées.* CLOTTE, Jean & LEWIS-WILLIAMS, David. Paris: Seuil. 1996. 119 pp. + ilustração. ISBN 2-02-028902-4. R\$ 69,72.

*Resenhado por Fabíola Andréa Silva,  
doutoranda em Antropologia Social – USP  
e bolsista do CNPq.*

A experiência de Jean Clottes com a arte paleolítica europeia, aliada aos resultados das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas por Lewis-Williams entre os San, no sul da África, possibilitou o surgimento de um livro extremamente interessante e provocativo sobre o tema da relação entre a arte rupestre, os esta-

dos alterados de consciência e o xamanismo. Inspirados pela experiência africana e, segundo eles, “com a prudência indispensável” procuram, ao longo do livro, encontrar os “xamãs da Pré-História”.

Assim, iniciam sua busca através de uma incursão pelas mais diferentes regiões do mundo, descrevendo como vários povos provocam, exploram e manifestam estados alterados de consciência. Baseados nas pesquisas neuropsicológicas e na etnologia, descrevem as etapas do processo de alteração da consciência, procurando destacar o que é universal daquilo que é particular à cada contexto cultural. Refletem sobre o xamanismo e suas manifestações, interpretando diferentes imagens rupestres como sendo representações gráficas das diferentes etapas de transe e do cosmos xamânico.

Prosseguem descrevendo a riqueza da arte rupestre paleolítica e chamam a atenção para a grande quantidade de representações de animais e signos geométricos, em comparação às de seres humanos. Destacam as técnicas empregadas na execução das mesmas e a maneira como os sítios foram utilizados para esta prática.

No passo seguinte, refletem sobre a pesquisa dos significados desta arte que atravessou diferentes momentos, de acordo com os contextos científicos de cada época. Primeiro, as explicações meramente estéticas, depois as de cunho utilitário-funcionalistas, as estruturalistas e, finalmente, as interpretações via xamanismo. É sobre esta última via interpretativa que os autores se detêm e elaboraram suas argumentações. Partem do pressuposto de que as interpretações via xamanismo devem levar em consideração não apenas as imagens mas, também, o contexto onde estas estão inseridas. Neste sentido, as cavernas como um todo (paredes, tetos, solos e espaços) são carregadas de significados.

Assim, baseados na neuropsicologia e na etnologia eles interpretam as imagens rupestres da arte paleolítica europeia como sendo as re-

presentações de diferentes estágios de consciência alterada, condicionadas pelo contexto social, cosmologia e crenças religiosas de seus executores. Os suportes e as grutas, por outro lado, são interpretados como sendo os locais de contato e passagem para os mundos sobrenaturais. Eles também sugerem que, de acordo com os contextos em que as imagens foram realizadas, as mesmas podem ser interpretadas como manifestações de ritos comunitários ou individuais. Neste último caso, os locais isolados e de difícil acesso das grutas teriam servido como uma primeira etapa necessária à viagem xamânica. Na conclusão de seu trabalho, eles sugerem que a arte paleolítica não é um fenômeno que fala apenas das práticas xamânicas destas populações que as realizaram mas que são, acima de tudo, documentos que concernem à humanidade, que reportam à nossa origem e àquilo que nos separa dos não humanos.

Apesar de se dedicarem durante todo o livro em construir uma argumentação convincente sobre a relação entre a arte paleolítica e as práticas xamânicas, os autores salientam que não se propõe a dar “uma explicação monolítica para todas as formas de arte paleolítica e para todo o período”. Poder-se-ia acrescentar que este fato está aliado a sua não disposição em assumir uma postura teórico-metodológica monolítica. Durante todo o livro os autores se revezam entre o universalismo da argumentação neuropsicológica e o particularismo da explicação contextual. A analogia etnográfica geral é o recurso metodológico utilizado, mas ao mesmo tempo, os diferentes contextos arqueológicos são vistos de maneira particularizada a fim de identificar suas nuances e especificidades.

Apesar deste aparente ecletismo teórico-metodológico, no entanto, pode-se dizer que o trabalho se insere dentro de uma proposta pós-processualista que, em última instância, busca a compreensão dos significados simbólicos dos diferentes vestígios arqueológicos. In-

dependentemente, porém, dos rótulos teórico-metodológicos que lhe podemos atribuir, o trabalho é interessante, pois coloca ao leitor, que se dispõe a acompanhar esta busca dos “xamãs da Pré-História”, o desafio de ficar atento para o fato de que os sistemas visuais podem cumprir diferentes funções e ter diferentes significados contextuais. O potencial interpretativo destes vestígios arqueológicos é muito amplo e é com esta perspectiva que devemos ler o trabalho de Clottes e Lewis-Williams, ou seja, como uma das muitas interpretações possíveis para estes fenômenos.

***Peintures Préhistoriques du Brésil. L'Art Rupestre du Piauí.*** GUIDON, Niède. Paris: ERC. 1991. 109 pp + ilustração. R\$ 60,00.

*Resenhado por Fabíola Andréa Silva, doutoranda em Antropologia Social – USP e bolsista do CNPq.*

Através de um livro esteticamente bem elaborado, a autora nos proporciona uma idéia da riqueza e diversidade da arte rupestre produzida pelas diferentes populações pré-históricas que viveram nesta região do nordeste brasileiro. A obra apresenta uma descrição resumida das características de cada um dos conjuntos culturais sendo, acima de tudo, um trabalho ilustrativo e de divulgação à respeito deste patrimônio.

Guidon inicia o livro fazendo uma rápida comparação contextual entre a arte rupestre encontrada na área de São Raimundo Nonato e a existente na região Franco-Cantábrica. Na continuidade da obra descreve alguns aspectos ambientais da área de inserção dos 244 Sítios arqueológicos pesquisados, bem como, a seqüência de sua ocupação desde a pré-história. Esta seqüência ocupacional foi ordenada em diferentes fases que correspondem, respectivamente, aos diferentes períodos cro-

nológicos de ocupação, materiais e contextos arqueológicos.

As ocupações mais antigas vão desde 46.000 a.C., aproximadamente, e terminam por volta de 15.000 a.C. (fases Pedra Furada I; II, III e IV). Estão relacionadas a grupos caçadores-coletores pouco numerosos que habitavam os abrigos, decoravam suas paredes e produziam um instrumental lítico em quartzo e quartzito. No início do Holoceno (fase Serra Talhada), a área teria sido ocupada por vários grupos de caçadores-coletores, mais numerosos e autores das pinturas da Tradição Nordeste. Com o tempo, estes grupos teriam se distinguido culturalmente, ocupando cada um deles territórios preferenciais, porém, incursionando pelos territórios vizinhos. Por volta de 7.500 a.C. a região começa a receber incursões de povos agricultores-ceramistas (Tradição Agreste) que, em 3.000 a.C. já ocupavam toda a região. Estes teriam sido substituídos pelos grupos agricultores existentes na região à época da colonização.

Tendo como referência esta seqüência ocupacional, a autora traça um quadro cronológico para a arte rupestre da região estabelecendo, também, diferenciações estilísticas para a mesma, levando em consideração aspectos como a morfologia, a técnica, a distribuição e interpretação das figuras pintadas e gravadas. Embora os vestígios de arte rupestre possam ser atestados desde pelo menos 25.000 anos, sua caracterização estilística só pode ser feita para períodos mais recentes. Assim, para as pinturas, temos a Tradição Nordeste (subtradições Várzea Grande e Salitre), que se estendeu por um período de 12.000 a 6.000 anos BP; a Tradição Agreste, que foi datada em torno de 5.000 anos BP e a Tradição Geométrica, situada ao redor de 5.000 e 4000 anos BP. E, para as gravuras, as Tradições Itacoatiara do Leste e Itacoatiara do Oeste (entre 12.000 a 4.000 anos BP) e Congo (sem dados cronológicos).

A partir da leitura é possível ter uma idéia do contexto espaço-temporal em que esta arte

rupestre foi produzida, bem como da diversidade de populações que ocuparam a área pesquisada e deixaram um testemunho de suas especificidades culturais. Este é, em nossa opinião, o aspecto mais interessante do livro de Guidon, e que costuma estar presente em outros trabalhos da autora e de sua equipe, ou seja, a noção de que a arte rupestre precisa ser estudada de maneira contextualizada (Pessis & Guidon, 1992). Não se pode esquecer que, sem levar em conta a totalidade do contexto arqueológico, as classificações e interpretações dos vestígios de arte rupestre tornam-se arbitrárias e desprovidas de significação.

Cabe ressaltar, no entanto, que apesar da preocupação com a contextualização, o tratamento dado ao tema do livro é bastante genérico, sendo que a autora não oferece ao leitor um maior detalhamento das características e dos critérios de definição das tradições e fases da arte rupestre, bem como de suas interrelações com os diferentes contextos arqueológicos. Neste sentido, para o leitor que busca um trabalho aprofundado sobre o tema da arte rupestre no nordeste brasileiro, certamente não o encontrará neste livro, pois não é esta a sua proposta.

Como já foi dito, trata-se de um livro informativo de interesse, tanto para os especialistas, quanto para os não especialistas no tema. O material fotográfico apresentado é, sem dúvida, de excelente qualidade gráfica, possibilitando uma boa visualização de algumas das características dos sistemas visuais descritos pela autora. Além disso, permite vislumbrar a complexidade da arte rupestre enquanto testemunho das tradições culturais das diversas populações pré-históricas que ocuparam esta região do Brasil, bem como, a importância de sua constante investigação e divulgação.

### Rerefências Bibliográficas

PESSIS, A. M & GUIDON, N., 1992. Registro Rupestre e Caracterização das Etnias

Pré-Históricas. In: *Grafismo Indígena*, L. Vidal (org), pp. 19-33. São Paulo: EDUSP/FAPESP.

*Pré-História do Nordeste do Brasil*. MARTIN, Gabriela. Recife: Editora da UFPE. 1996. 396 páginas + ilustrações. ISBN 85-7315-055-6. R\$ 35,00.

*Resenhado por Pedro Paulo A. Funari,*  
*Departamento de História, Instituto*  
*de Filosofia e Ciências Humanas,*  
*Universidade Estadual de Campinas.*

Há quase três décadas, Gabriela Martin, uma arqueóloga clássica espanhola com diversas publicações originais sobre a cerâmica romana, tem-se dedicado ao estudo da Pré-História do Nordeste do Brasil. Seu Núcleo de Estudos Arqueológicos do Departamento de História da UFPE, bem como a Revista CLIO, Série Arqueológica, têm, igualmente, desempenhado papel relevante no campo da investigação arqueológica no nordeste e a publicação deste manual introdutório preenche uma lacuna bibliográfica. Martin adverte, já na apresentação, que “fazer uma síntese sobre pré-história do Nordeste do Brasil pode ser até perigoso, quando se constata que o conhecimento arqueológico se reduz a poucas áreas ou enclaves arqueológicos” (p. vi), mas a autora aceitou o desafio e produziu um trabalho alentado, profusamente ilustrado e com numerosas tabelas e gráficos, sempre em benefício do leitor.

O livro inicia-se com uma História das pesquisas da Pré-História no Nordeste brasileiro (p. 9-33), capítulo que permite contextualizar o interesse pelo tema no passado. A chamada “Arqueologia pré-científica” encontra-se bem situada no quadro das mentalidades ocidentais, em busca das grandes civilizações, das ins-

crições “fenícias”, das cidades petrificadas e das civilizações perdidas. Martin situa em meados do século XX o início da Arqueologia científica e destaca o papel de Valentín Calderón, discípulo de Bosch Gimpera, cuja intensa atividade de campo não se traduziu em publicações, característica, de maneira alguma restrita a Calderón, que a autora, na verdade, inúmeras vezes lamenta, ao constatar que a não publicação acaba por acarretar perdas irreparáveis para o conhecimento arqueológico (e.g. p. 27; 117; 123; 290). Conclui o capítulo com um histórico das instituições em atividade no Nordeste, com destaque para a UFPE e a Fundação Museu do Homem Americano, em São Raimundo Nonato (PI).

Após tratar do meio geográfico (p. 35-45), Martin dedica um capítulo à controversa questão da antiguidade do homem no nordeste do Brasil, adotando um posição cautelosa e admitindo que “no caso brasileiro, nenhum resto humano é anterior a 12.000 anos BP”, ainda que reproduza datações bem mais antigas de Pedra Furada. Em “áreas arqueológicas do nordeste do Brasil” (p. 71-131), a autora começa por constatar que a falta de formulações teóricas na Arqueologia brasileira e o predomínio de relatórios meramente informativos (p. 73) caracterizam também a prática no nordeste e critica a metodologia determinista ecológica do PRONAPA: “o método, tão cômodo quanto simplista, partiu do pressuposto teórico de seus idealizadores de que as ocupações pré-históricas no Brasil eram recentes e que as culturas de floresta tropical não são criativas e sim apenas imitativas” (p. 74). Em seguida, descreve diversas áreas arqueológicas, destacando-se, neste caso, que a autora toma o cuidado de apresentar, diversas vezes, mais de uma hipótese explicativa, como no caso do projeto arqueológico Seridó (p. 90-91).

O capítulo sobre o desenvolvimento tecnológico do homem pré-histórico no nordeste (p. 133-208), além de procurar apresentar os principais tipos de artefatos encontrados

e classificados pelos arqueólogos, sugere ao leitor algumas questões de ordem teórica. Assim, Martin alerta que hipóteses de correlações entre língua, conjunto de artefatos e grupo étnico, como no caso da chamada tradição Itaparica, identificada aos Jê, não passam de conjecturas (p. 152; 169). Neste sentido, podemos lembrar que os estudos antropológicos, desde Barth, já nos anos 1960, têm demonstrado a não correlação entre identidade étnica, atributos materiais e língua. Martin ressalta que “por intercâmbio cultural, escambo e contatos de diverso teor, podem ser incorporadas técnicas cerâmicas por grupos lingüísticos distintos” (p. 171) e que tradição cerâmica e tradição cultural não se confundem (*pace* Sílvia Maranca).

O universo simbólico do homem pré-histórico nordestino (p. 209-279) é explorado a partir, principalmente, dos registros rupestres. Martin considera que a “tendência atual entre os arqueólogos é não interpretar as representações rupestres e sim apenas descrever o que há” (p. 221). A constatação desta realidade no caso dos estudos rupestres no Brasil, contudo, não se aplica à Arqueologia em geral, pois como se poderia descrever uma representação sem interpretação? Martin utiliza-se de ferramentas interpretativas para procurar entender esses registros rupestres, como ao aventar o uso de alucinógenos, ao classificar as pinturas em tradições e sub-tradições, ao determinar a presença de grafismos emblemáticos e ao propor interpretações para as imagens. Assim, os petróglifos são interpretados como relacionados ao culto das águas (p. 269). Ao final do capítulo, a autora adverte que ainda se espera pela publicação de repertórios de grafismos, além de se estudar sua distribuição geográfica, para que se possa formular explicações científicas (p. 270). A falta de *corpora* de documentos arqueológicos, tão sentida na Arqueologia brasileira, não deixa de se aplicar ao nordeste.

Em “a vida espiritual: o culto aos mortos” (p. 281-305), a autora trata dos rituais funerários e apresenta a hipótese de Sílvia Maranca que, ao identificar rituais funerários diversificados nas mesmas ocupações temporais, atribuiu essas diferenças a possíveis estratificações sociais. Esta interpretação, além de não continuar a atribuir a qualquer diferença na cultura material um conteúdo étnico, vislumbra uma organização da vida social na pré-história que não exclui os conflitos e os desníveis sociais, tal como têm proposto Dean Saitta e Randall MacGuire. Ainda neste capítulo, a autora lembra a ação evangelizadora de franciscanos e jesuítas no vale médio do São Francisco e, ainda neste caso, é de se lamentar que Martin não tenha tratado da Arqueologia do Nordeste, não apenas de sua pré-história e isto por diversos motivos. Em primeiro lugar, a autora tem formação na área de Arqueologia histórica e, em seguida, a divisão entre pré-história e História, que tem sido criticada por diversos autores, como Kent Lightfoot, obscurece o próprio estudo do passado pré-colonial. De fato, as continuidades e rupturas do período histórico fornecem parâmetros e dados empíricos que, seguramente, ajudam a formular interpretações, a partir da cultura material, para o passado, seja ele assignado ao período histórico ou pré-histórico.

No capítulo conclusivo, sobre “o futuro da pré-história no nordeste” (p. 295-305), Martin, muito apropriadamente, enquadra a Pré-História nas Ciências Humanas, *studia humanitatis*, e propõe como parte importante da tarefa arqueológica a publicação das coleções que formam os acervos dos museus (p. 298), missão tanto mais significativa quanto se constatou, no decorrer do volume, que grande parte desse material resulta de trabalhos de campo que nunca foram publicados ou estudados. O mérito maior deste ensaio introdutório consiste em fornecer uma visão ampla da pré-história do nordeste e de induzir

seus leitores a dedicarem-se à pesquisa arqueológica do passado desta imensa área do Brasil, o Nordeste. Não fossem outros os motivos, só isto já bastaria para indicar a leitura atenta da obra.

*Artesãos e Artefatos Pré-históricos do Vale do Rio Pardo.* HOELTZ, Sirlei Elaine. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. 180 páginas + ilustrações. R\$ 11,70.

*Resenhado por Adriana Schmidt Dias, professora do Departamento de História e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Arqueológica (NUPARQ) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.*

Embora centrado em uma temática regional, o livro de Hoeltz traz contribuições interessantes para a pesquisa arqueológica brasileira como um todo, especialmente se considerado sob dois aspectos: a necessidade de reavaliação crítica das pesquisas arqueológicas realizadas nos últimos trinta anos no país e a demanda por métodos analíticos condicentes às problemáticas voltadas à compreensão dos contextos culturais pré-históricos.

Os artesãos e os artefatos mencionados no título dizem respeito aos estudos realizados pela autora, por ocasião de sua dissertação de mestrado, de coleções líticas classificadas por outros pesquisadores como pertencentes às tradições Umbu e Humaitá (Hoeltz, 1995). Estas tradições foram definidas formalmente em finais da década de setenta, a partir das pesquisas realizadas pelo PRONAPA. Designam dois conjuntos tecnológicos diferenciados entre si pela presença de artefatos diagnósticos, como as pontas de projétil líticas para a tradição Umbu e os grandes talhadores bifaciais para a tradição Humaitá. Embora hoje tenhamos uma aproximação satisfatória quan-

to à dispersão espaço-temporal destes conjuntos líticos pré-cerâmicos, as sínteses geradas por estas pesquisas possuem várias lacunas. Dentre elas destaca-se o predomínio da noção de “fóssil guia” para a definição de ambas as tradições, que não permite a plena diferenciação cultural entre as populações produtoras destes artefatos. À despeito disto, pouca repercussão este problema de pesquisa encontrou no Brasil até o presente, sendo o trabalho de Hoeltz uma exceção a este quadro.

O primeiro capítulo de seu livro enfoca as tradições Umbu e Humaitá, procurando delinear suas características gerais. Propondo alternativas às análises convencionais, as preocupações da autora centram-se no estabelecimento de critérios analíticos mais abrangentes para a diferenciação cultural entre contextos arqueológicos pré-cerâmicos relacionados a estas tradições. A proposta metodológica sugerida centra-se no estudo da organização da tecnologia de produção, observando sua relação com a disponibilidade de matéria-prima na área de assentamento. A aplicação de tal proposta demandou a seleção de um contexto culturalmente variado, porém limitado em termos de dispersão espacial. Para tanto, foi selecionado como estudo de caso as coleções líticas de 10 sítios arqueológicos a céu aberto situados na região do vale do rio Pardo, Rio Grande do Sul. Esta área foi previamente estudada por Ribeiro (1991), que classificou os contextos pré-cerâmicos da região como pertencentes às fases Rio Pardo da tradição Umbu e Pinhal da tradição Humaitá, tendo em vista a presença ou ausência nas coleções dos “fósseis guia” de ambas as tradições. Os conjuntos líticos dos sítios compõem uma amostra de 7061 peças, analisadas sob critérios padronizados. Os sítios e as indústrias líticas associadas foram estudados tendo em vista a disponibilidade de matéria-prima na área de implantação e como seu processo de aquisição afetou a tecnologia de lascamento empregada na produção de artefatos.

No segundo capítulo, Hoeltz apresenta os critérios metodológicos empregados no estudo, sendo as estratégias de análise selecionadas de interesse geral para aqueles que investigam problemáticas similares, mesmo em contextos culturais distintos. As características ambientais e geológicas da região estudada assumem um papel central no enfoque interpretativo assumido, orientando a escolha da amostragem dos sítios estudados, que distribuem-se em três tipos de ambientes distintos: planície, encosta do planalto e planalto. No intuito de analisar as coleções líticas dos sítios a partir de atributos tecnológicos uniformes, a autora dividiu o conjunto total de artefatos nos seguintes grupos:

- materiais líticos lascados sem modificação (resíduos de lascamento obtidos em diferentes etapas de produção);
- materiais líticos lascados que apresentavam modificação na forma de retoque ou desgastes de borda decorrentes de uso;
- artefatos bifaciais;
- artefatos “brutos” (não lascados, porém utilizados).

Cada um dos conjuntos foi decomposto em listas de atributos, definidas pela autora a partir de ampla revisão bibliográfica sobre o tema, englobando aspectos relacionados à organização tecnológica, de acordo com os critérios sugeridos por Collins (1989/90). Este tipo de análise permite relacionar os resíduos de lascamento e os artefatos em uma perspectiva dinâmica, alheia às análises convencionais que enfatizam unicamente a morfologia das peças acabadas. A análise integrada das indústrias líticas, partindo da escolha da matéria-prima para analisar a ordenação das seqüências técnicas de produção de diferentes categorias de artefatos, permitiu o estabelecimento de critérios consistentes para a comparação e avaliação dos conjuntos culturais sob análise. É este aspecto que destaca o trabalho de Hoeltz do conjunto

geral de estudos de coleções líticas realizados até o presente no país, pois as interpretações propostas estruturam-se a partir de uma base empírica consistente<sup>1</sup>.

O terceiro e último capítulo centra-se na apresentação dos resultados da análise, caracterizando as indústrias líticas de cada um dos sítios de acordo com os padrões gerais estabelecidos. Como trata-se de um estudo de caso para uma área restrita, a amplitude de suas conclusões só poderá ser avaliada a partir da aplicação de propostas similares para regiões mais abrangentes. Contudo, as interpretações apresentadas abrem margem para questionamentos mais amplos, no que diz respeito a possíveis diferenças culturais refletidas nas escolhas tecnológicas. Hoeltz considera os artefatos diagnósticos ou “fósseis guia” como produtos de uma cadeia de escolhas e gestos técnicos. Assim, os sítios foram reavaliados quanto a sua afiliação cultural, em função do conjunto tecnológico representado pela indústria lítica como um todo, a despeito da existência ou não de artefatos diagnósticos. Foi possível desta forma visualizar dois padrões tecnológicos distintos para a área analisada, representados pelos seguintes conjuntos de artefatos:

- Artefatos bifaciais de pequenas a médias dimensões, elaborados sobre lascas ou seixos, cobertos em menos ou até 1/3 por superfície natural.
- Artefatos bifaciais elaborados sobre blocos, cobertos por até ou mais de 2/3 de superfície natural, apresentando dimensões de médio à extra-grande.

Para a autora, o primeiro grupo representaria os conjuntos líticos típicos da tradição

Umbu e o segundo, da Tradição Humaitá. As coleções estudadas relacionadas à tradição Umbu demonstram escolhas tecnológicas homogêneas, voltadas preferencialmente ao aproveitamento de arenitos silicificados na forma de seixos, distribuindo-se seus sítios nos diferentes contextos ecológicos estudados. Apenas dois sítios localizados no planalto fogem deste padrão, no qual blocos provenientes de afloramentos de rochas vulcânicas nas proximidades dos sítios foram utilizadas para a confecção de artefatos, sendo estes relacionados à tradição Humaitá.

Partindo de um estudo de caso, o trabalho de Hoeltz coloca em debate a pertinência de discussões relativas à definição e à caracterização cultural das tradições pré-cerâmicas sul brasileiras, demonstrando que os dados que atualmente dispomos apenas aproximam-se de forma tangencial das possibilidades interpretativas que a análise de coleções líticas permite.

### Rerefências Bibliográficas

- HOELTZ, S.E., 1995. *As Tradições Umbu e Humaitá: Releitura das Indústrias Líticas das Fases Rio Pardinho e Pinhal através de uma Proposta Alternativa de Investigação*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS.
- RIBEIRO, P. A. M., 1991. *Arqueologia do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS.
- COLLINS, M. B., 1989/90. Una Propuesta Conductual para el Estudio de la Arqueología Lítica. *Etnia* 34-35: 47-65. Buenos Aires.

<sup>1</sup> Por razões editoriais, foram publicadas no livro apenas as tabelas que resumiam os dados analisados e as ilustrações das peças mais significativas do conjunto analisado. Em Hoeltz (1995) pode-se encontrar uma versão integral dos dados obtidos na pesquisa e utilizados como referência de análise no terceiro capítulo, bem como ilustrações mais detalhadas.

*Guarani: Organização Social e Arqueologia.* SOARES, André Luis R. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. (Arqueologia, 4). 256 páginas + ilustração. R\$ 14,00.

*Resenhado por Jorge Eremites de Oliveira*  
*Professor da Universidade Federal de*  
*Mato Grosso do Sul. UFMS/CEUD/DCH*

André Luis R. Soares é bacharel e licenciado em História pela UFRGS e, desde 1991, vem realizando estudos sobre os Guarani. Faz parte da geração de jovens mestres formados nesta década no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Arqueologia, da PUCRS. A partir de 1993 passou a estudar, de maneira mais específica, os Mbyá-Guarani que vivem no Rio Grande do Sul, seu Estado natal.

O livro é a publicação do texto original da dissertação de mestrado intitulada “Organização Sócio-Política Guarani: Aportes para a Investigação Arqueológica”, elaborada sob orientação de José Joaquim J. Proenza Brochado. Trata-se de uma pesquisa essencialmente bibliográfica, cujo objetivo maior e último é o de concluir uma ousada tarefa da Arqueologia Social: abordar a organização sócio-política Guarani na tentativa de melhor compreender seu padrão de assentamento e sua distribuição no tempo e no espaço. Para isto, Soares procurou compreender a cultura Guarani do passado arqueológico (período pré-contato) a partir daquela conhecida no período do contato com os europeus. Em outras palavras, ele realiza uma analogia direta entre os Guarani conhecidos histórica e etnograficamente com aqueles conhecidos pela Arqueologia, pois defende a tese de continuidade cultural (material e social) entre ambos, a exemplo da cerâmica que muitos grupos lingüisticamente Guarani portavam em tempos pretéritos. Seu objetivo final é propor um

modelo que possa servir de orientação a futuras escavações arqueológicas, sobretudo àquelas que tenham como problemática maior a organização sócio-política Guarani.

Em todo o trabalho nota-se a clara e positiva influência da formação básica do autor, a de historiador, onde há uma concatenação hermenêutica de dados arqueológicos, etnográficos, históricos e lingüísticos sob forte influência da Arqueologia Estadunidense. Sua obra não é, epistemologicamente falando, um trabalho etnohistórico; o fato de trabalhar com fontes textuais serviu para dar mais vida à sua dissertação, rompendo com o fetichismo estático dos corrugados, pintados e escovados que durante muito tempo sufocou grandes problemas da Arqueologia Guarani.

O primeiro capítulo (A relação entre a arqueologia e a organização social) trata da continuidade entre o passado arqueológico e o presente etnográfico dos Guarani, questão esta também abordada por outros guaraniólogos, como Brochado (1984) e, mais recentemente, Noelli (1993), dos quais Soares recebeu grandes influências. Neste capítulo o autor é feliz em defender a tese de continuidade cultural, pressuposto para o desenvolvimento das analogias diretas. Também são interessantes as críticas feitas à metodologia utilizada pelos integrantes do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). Tais críticas também são respaldadas por informações pessoais recebidas do próprio Brochado (que participou do PRONAPA) e colocam em xeque parte dos dados apresentados por este Programa, como é o caso de algumas fases da chamada Tradição Tupiguarani, estabelecidas sem rígidos critérios científicos e em dissonância com o método criado por Ford (1962). No mesmo capítulo, Soares implicitamente chama a atenção para uma questão importante: a necessidade de uma pesquisa no âmbito da História Oral de Vida Acadêmica entre os arque-

ólogos denominados pronapianos, capítulo importante para o conhecimento da História da Arqueologia Brasileira.

No segundo capítulo (O parentesco Guarani) consta uma abordagem antropológica e histórica da temática, onde Soares infere, sempre que possível, sobre suas implicações para uma Arqueologia Social: linearidade, localidade, relações entre afins e não-afins, terminologia de parentesco e regras de casamento. As implicações apresentadas são muito mais ao nível de uma reflexão (sendo apresentadas sugestões e variáveis culturais inerentes à interpretação da cultura material) do que propriamente ao estabelecimento de um modelo. Todavia, esta é uma temática mais complexa em relação à anterior e, com certeza, merece maior discussão entre os guaraniólogos.

No terceiro e último capítulo (A organização política e social), o mais importante dos três, Soares discute elementos da organização social, a exemplo do cacicado Guarani, relações entre aldeias, relações sociais com grupos não-Guarani, defendendo a tese de continuidade espacial e temporal presente na cerâmica Guarani do período pré-contato. Para Soares, a cerâmica é um dos elementos, via repetição e funcionamento, que estimula a continuidade da organização social a partir da manutenção do ethos Guarani. Para isto, reúne sistematicamente um rol considerável de informações históricas e etnográficas contidas na vasta documentação textual sobre os Guarani. Seu propósito é criar um modelo de padrão de assentamento mais social que ecológico, em complementação aos aportes de Noelli (1993).

Do ponto de vista formal, verifica-se um excesso de notas de rodapé (462 ao todo), o que dificulta um pouco a leitura da obra. Há ainda um certo abuso na utilização dos "apud's", muitas vezes em referência a obras teóricas já disponíveis em língua portuguesa, as quais seria melhor citar a partir de uma leitura de primeira mão.

## Referências Bibliográficas

- BROCHADO, José Joaquim J. P., 1984. *An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America*. PhD Thesis. Urbana-Champaign: University of Illinois at Urbana-Champaign.
- FORD, James A., 1962. *Método cuantitativo para establecer cronologías culturales*. Washington: Unión Panamericana (Manuales Técnicos, 3).
- NOELLI, Francisco S., 1993. *Sem Tekohá não há Tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí-RS*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS.

*Éléments d'Archéozoologie*. Louis CHAIX, Louis & MENIEL, Patrice. Paris: Editions Errance. 1996. 112 pp + ilustrações. ISBN 2-87772-126-4. 160 FF (francos franceses).

*Resenhado por Albérico Nogueira de Queiroz Professor da UNICAP, Recife. Doutorando na Universidade de Genebra (UNIGE) e Museu de História Natural de Genebra, Suíça. Bolsista do CNPq.*

Esta obra, bastante ilustrada com figuras, fotos e gráficos, considera sobretudo as pesquisas desenvolvidas no continente europeu. Trata de uma forma sucinta e objetiva de todos os aspectos relacionados à Arqueozoologia (ou Zooarqueologia), primeiramente com os diversos conceitos, um breve histórico e as relações com disciplinas correlatas, bem como dos dados empíricos.

No segundo capítulo os autores tratam dos aspectos relacionados à determinação do material zooarqueológico (anatomia comparada, coleções de referência, diversos métodos e téc-

nicas de identificação, animais domésticos ou selvagens – o porco doméstico e seu ancestral o javali, por exemplo, aplicação da biologia molecular, entre outros).

O terceiro capítulo refere-se à osteometria (os objetivos, métodos e ferramentas utilizadas), sua aplicação na discriminação dos grupos taxonômicos (*Bos*, *Capra*, *Ovis Capreolus*) e no dimorfismo sexual. O quarto capítulo destina-se às questões sobre a estimativa das classes de idade (através da observação do desenvolvimento da dentição, do esqueleto, bem como da utilização da radiografia, observações sobre a dinâmica de população e da estrutura da população em um sítio).

O quinto capítulo está dedicado aos métodos adotados na determinação do sexo a partir de critérios morfológicos e osteométricos. O sexto capítulo aborda as patologias visíveis nos ossos, indicando possíveis agressões sofridas pelo animal (estresse) por desordens metabólicas (osteodistrofias) ou das articulações (artropatias).

O sétimo capítulo relaciona os aspectos tafonômicos (causas da morte: epizootia ou doença, asfixia, fogo, afogamento, má nutrição, predação, entre outras), além dos fatores de dispersão do material arqueozoológico, deslocamento, fragmentação, preservação, conservação, escavação, preparação, tratamento e acondicionamento. No oitavo capítulo são enfocados os traços ou marcas deixados sobre o material (antrópicos: abate, preparação para

alimento, entre outros; ou naturais: marcas de dentes de animais, raízes de plantas, etc...).

O capítulo nono aborda as formas de quantificação do material e as estimativas: número de restos e de indivíduos, peso dos restos, combinações de critérios, aproximação estatística (representatividade da amostra, tamanhos, precisão das percentagens, testes, representação gráfica quantitativa, distribuição anatômica dos elementos, escalas de comparação: estruturas, sítios, região). O décimo capítulo refere-se ao registro dos dados obtidos: métodos, bases de dados informatizadas, síntese das observações, apresentação dos dados e publicações: por que e para quem?

Os dois capítulos posteriores, de números 11 e 12, abordam os métodos de observação da repartição espacial dos vestígios nos sítios arqueológicos, a distribuição do material na escala do sítio, os traços de atividades técnicas ou artesanais, as relações entre sítios próximos (sítio de caça, habitação, necrópole) e o contexto social na Idade Média; em seguida, as formas de utilização do animal: carcaça, caça, domesticação, impactos sobre as populações animais, impactos sobre os indivíduos, a carne, outros produtos alimentares, coprólitos, troféus, práticas funerárias, sacrifícios e outras mais.

As três últimas seções do livro relacionam uma lista de coleções osteológicas de comparação na Europa, um glossário resumido de alguns termos técnicos e uma lista de referências bibliográficas.